

# A PROBLEMÁTICA SOCIAL DOS MESTIÇOS EM ÁFRICA

## A sua comparação com a situação asiática\*

JOSÉ CARLOS VENÂNCIO<sup>1</sup>

1. A problemática da mestiçagem transformou-se, nos últimos anos, num dos temas centrais das ciências sociais e humanas<sup>2</sup>. Tornou-se, quando entendida numa acepção cultural e numa dimensão que é mais metafórica do que substantiva, num dos recursos teóricos de que se servem cientistas das ciências sociais e humanas para explicar as grandes transformações sociais decorrentes do actual processo de globalização. Refiro-me especificamente às migrações em massa em direcção aos países mais desenvolvidos, às desterritorializações culturais que acontecem no encaço dessas migrações, às variadas situações de multiculturalidade ainda daí decorrentes ou simplesmente aprofundadas, assim como às novas lógicas de exclusão social igualmente surgidas com a vigência dessa nova conjuntura. Desempenha, enquanto tal, funções paradigmáticas que, por sua vez, são contraditadas por assunções que relevam a sobreposição de culturas na explicação de tais fenómenos e o multiculturalismo (por vezes levado ao extremo) na resolução dos problemas sociais daqueles decorrentes.

Porém, a assunção da mestiçagem cultural enquanto paradigma não se fundamenta apenas no pressuposto de um entendimento social alargado, se não mundial, por via de um cruzamento generalizado de pessoas, valores e culturas. Há um outro factor a desempenhar um papel de relevo nessa fundamentação. Ele chama-se ciência. Refiro-me concretamente ao avanço da ciência, mormente da engenharia genética, que levou à desmistificação dos antigos preconceitos racistas, herdados da chamada racialização do mundo. Referir hoje alguém pela cor da pele já não tem forçosamente

---

\* Este texto, agora adaptado, foi inicialmente publicado nas actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais – séculos XV a XVIII, que teve lugar na cidade de Lagos (Algarve), no Centro de Estudos Gil Eanes. Cf. Rui Manuel LOUREIRO e Serge GRUZINSKI (Eds.), 1999, *Passar as fronteiras*, Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes: 181-186.

<sup>1</sup> Universidade da Beira Interior.

<sup>2</sup> Vejam-se, entre outros exemplos, o colóquio organizado pelo Centre for Non-Western Studies - Institute for the History of European Expansion, da Universidade de Leiden, intitulado *Mestizo Identities in a Global Perspective*, ocorrido a 29 de Maio de 1997, os colóquios organizados pelo grupo de trabalho impulsionado por Serge Gruzinski sobre os mestiços como intermediários culturais, em cujo âmbito foi publicada a primeira versão deste texto, ou ainda os livros de David Parker e Miri Song (Eds.) (2001) e David Guyot (2002).

uma carga negativa ou positiva, conquanto, desse facto, não possamos inferir a ausência de racismo, fenómeno que subsiste quer na sua versão mais clássica, quer nas versões mais subtis, invocando-se a diferenciação cultural como factor de distanciamento (Wieviorka 2002). O que pretendo relevar, com tal assunção, é a diferença entre a percepção actual do racismo e a que foi vivida no passado, particularmente no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX, altura em que o mesmo emergiu como termo/conceito (Heckmann 1992: 146-7; Fredrickson 2002: 19) e em que, decorrentemente, se assistiu, entre outras aberrações, ao holocausto dos judeus às mãos dos nazis. O abuso do conceito de raça neste período<sup>3</sup> levou a que, após a 2.ª Guerra Mundial, tenha o mesmo perdido em virtualidade, evitado pelo mundo académico e por círculos intelectuais (sobretudo quando conotados com a esquerda política), quer pela sua imprecisão científica<sup>4</sup>, quer pelo passado sombrio que acarretava. Era, no fim, uma forma de o Ocidente, da Europa, ou mais precisamente, de o homem branco se redimir de um passado colonial e de uma prática racista que havia redundado no holocausto acima aludido. Doravante, o fenómeno raça, enquanto factor de diferenciação ou clivagem<sup>5</sup>, será tendencialmente ignorado, ou então, no caso de intelectuais ou cientistas mais próximos do marxismo, entendido como qualquer coisa destinada a desaparecer com o fim das sociedades de classes, pelo que, assim sendo, pouco se justificava falar nela.

Foi neste ambiente que se deram as independências no chamado Terceiro Mundo. Em África, o território-alvo desta reflexão, tal condicionalismo ideológico, submerso pela postura pan-africanista<sup>6</sup>, redundou na máxima de que o único grupo humano com legitimidade para a posse do território e dos seus recursos naturais seriam os negros. Na tradição francófona, o continente a sul do Saara (e hoje provavelmente com a exclusão implícita da África Austral) ainda é designado por África Negra. Neste propósito ideológico, a um grupo humano, fruto da secular presença europeia

---

<sup>3</sup> De referir ainda que a mestiçagem foi condenada pelos denominados racialistas, ou seja, pelos que protagonizaram as chamadas teorias científicas da raça, porque nela viam um processo de degeneração. Vários foram os cientistas ou, talvez melhor, pseudo-cientistas, que assim se manifestaram. Gobineau, tido como o pai dessas tais teorias, foi, nas palavras de Lévi-Strauss (1970: 232), um deles. Jon A. Mjoen, autor de *Harmonic and disharmonic race crossing*, foi, seguindo Juan Comas (1970: 19), outro dos que condenaram a mestiçagem. Muitos outros poderiam ser adicionados a esta lista.

<sup>4</sup> Vejam-se, por exemplo, as conclusões dos diferentes encontros patrocinados pela UNESCO em 1949, 1951, 1964 e 1966. Cf. a esse respeito Juan Comas *et al.* (1970).

<sup>5</sup> Já nos anos 70 do século passado, quando a imigração de africanos, caribenhos e asiáticos para as antigas metrópoles coloniais começou a fazer-se sentir com mais acuidade, houve a necessidade de reabilitar o conceito de raça ou outro idêntico para classificar os grupos minoritários que entretanto se iam formando nos grandes centros urbanos e industrializados dessas mesmas metrópoles. Sob a hegemonia do paradigma culturalista que então se vivia, em vez de raça – conceito que acaba sempre por lembrar um enraizamento biológico e de má memória – introduziu-se o conceito de etnia, mais conotado com vivências culturais do que com matrizes biológicas, não obstante ser, por essa mesma razão, mais impreciso.

<sup>6</sup> Esta postura dos pan-africanistas é, ela própria, uma herança do conceito de raça do século XIX e, consequentemente, da racialização que então se fez do continente. Cf. a este respeito Appiah (1997: 38 e segs.) e Venâncio (2000: 19 e segs.).

no continente, é-lhe, enquanto tal, sonogada a participação no futuro da África liberta. Refiro-me aos mestiços<sup>7</sup>.

2. Um olhar histórico sobre a situação social dos mestiços de origem europeia na África subsaariana leva-me a concluir que a sua formação e o subsequente estatuto social se processaram segundo três conjunturas determinadas: a do colonialismo arcaico, a do colonialismo moderno e a do período pós-colonial.

Durante o colonialismo arcaico, coincidindo com a vigência, em termos de história europeia, do mercantilismo ou capitalismo comercial, poucos foram os espaços directamente colonizados pelos europeus. Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, a “Colónia de Angola” (a cidade de Luanda e *hinterland*), o “Reino de Benguela (a cidade de Benguela e *hinterland*), a colónia do Cabo, a ilha de Moçambique, a Libéria, conquanto constituída sob os auspícios dos Estados Unidos, foram dos poucos espaços onde a presença colonial europeia (ou americana, no caso da Libéria) se fez sentir efectivamente. Acrescentem-se a estas situações, patenteadas por uma relação colonial mais ou menos efectiva, outras, igualmente decorrentes da presença europeia na costa, mas que não resultaram em qualquer tipo de ocupação e de dominação política explícita. Refiro-me às muitas feitorias comerciais europeias, umas de teor mais formal, outras nem por isso, mas cuja existência, em qualquer das circunstâncias, dependeu da vontade dos poderes tradicionais instituídos. A hegemonia política dos Jolof e o império do Mali, na Senegâmbia, os reinos de Allada e Daomé (actual Benin), Gengy (actual Togo) e Ashanti (actual Gana) são algumas das entidades políticas que se articularam com os interesses dos europeus, permitindo que estes se estabelecessem comercialmente nos seus respectivos litorais. Do contacto humano daí resultante emergiram várias formas de miscigenação, umas apenas culturais, outras igualmente biológicas (Guyot 2002; Silveira 2004).

A mestiçagem ocorrida nesta conjuntura, anterior à racialização do mundo, tendeu a diluir-se nas sociedades locais, sobrevivendo apenas em termos linguístico-culturais sob a forma dos chamados crioulos. Quer tal dizer que, em termos biológicos,

---

<sup>7</sup> Terá sido na Conferência de Cotonou (1956/1957) que se generalizou a ideia de que os mestiços (de origem europeia, leia-se) não teriam futuro em África, ao que parece, ideia constante da propaganda das potências coloniais face às independências que se avizinhavam. Cf. N’Diaye (1992). De qualquer modo, vale referir que o estatuto social dos mestiços de origem europeia era partilhado pelos mestiços doutras origens e matrizes, que, no seu conjunto, constituem o que Jean François Bayart (1999), invocando a tese primordialista, designa por minorias dominantes alógenas, referindo-se, com essa expressão, àqueles que, assumindo estatutos privilegiados nas sociedades africanas, são ou foram estigmatizados pela não pertença à terra, pela sua característica não autóctone. Neste grupo incluiu o mesmo autor, para além dos mestiços referidos, as minorias crioulas, a aristocracia árabe que controlou o sultanato do Zanzibar, assim como as minorias asiáticas presentes em países da África oriental.

A tese primordialista invocada tem a ver com as situações em que a identidade colectiva retira de uma pressuposta partilha do mesmo sangue, do mesmo solo e da mesma língua a sua afirmação como grupo unificado e distinto. Os sentimentos de pertença e de diferenciação que, assim, se desenvolvem acabam, quando levados ao extremo, por cegar os grupos que deles partilham. Cf. a este propósito Rex (1988: 48 e segs.) e Appadurai (2004: 186 e segs.).

é, em muitas das situações, praticamente impossível detectar, a olho nu, a mestiçagem biológica. Será este, entre outros, o caso da Serra Leoa, ex-colônia britânica, com os *krios*, da Libéria, do Togo [com os saros (provenientes da Serra Leoa) e com os “brasileiros”] de São Tomé e Príncipe, na África lusófona, e provavelmente o da região de Casamance, no sul do Senegal.

A par destas realidades, existem outras em que os mestiços assumem, quer em termos numéricos, quer em termos de estatuto social, um lugar mais visível e mais preponderante na sociedade em que se integram. Fazem parte deste grupo países como Cabo Verde e Angola, conquanto aqui a mestiçagem não seja extensível a todo o país, como, de certa forma, acontece em Cabo Verde. Esta particularidade tem, aliás, suscitado alguma controvérsia a propósito da aplicação do termo crioulo e seus derivados (sociedade e comunidade crioula) à sociedade angolana. Presos ao modelo cabo-verdiano, onde, para além da mestiçagem generalizada, uma língua crioula viabiliza a unidade cultural do arquipélago, alguns investigadores têm contestado a proposta de um intelectual angolano, já falecido, Mário António (1968), no sentido de tornar extensível, “ao menos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX” (p. 17), a Luanda (assim como a outras cidades fundadas pelos portugueses na África ocidental) a designação de crioulo. Sem querer entrar nesta polémica por mim suficientemente participada noutros lugares (1996b), aprez-me, de momento, realçar o facto de que os mestiços em Angola, os cabo-verdianos (e eventualmente outros mestiços) na Guiné-Bissau ou ainda os crioulos da Serra Leoa e os da Libéria, em situação de minoria na sociedade envolvente, acabam por constituir grupos de *status*, conceito devido a Max Weber, na sua primeira formulação, e a Wallerstein (1972), na sua contextualização africana. Trata-se de um conceito que define agrupamentos sociais, cuja coesão é fundamentalmente devida a critérios de honra e prestígio, *i.e.*, critérios de ordem social e cultural. Diferentemente do conceito de elite, o de *status* abarca no seu seio elementos que não pertencem ao topo da hierarquia social, não querendo isto dizer que não possam ser facilmente guindados para esse topo com a ajuda dos que, sendo do seu *status*, ocupam aí posições relevantes (Venâncio 1996b: 28). No caso angolano, a identificação simbólica deste grupo passará, entre outros ritos, pelo uso da língua portuguesa (cf. nota de rodapé n.º 8), configurando uma situação que, na sua essência, não é diferente da dos crioulos da Serra Leoa, descritos por Cohen (1981). Estes, não obstante terem (ou terem tido) o *krio* como língua materna, tudo fazem (ou faziam; a investigação empírica data de 1970) para dominarem perfeitamente o inglês. “In predominantly Creole schools, children are punished when they do not speak in English, and in many professional Creole homes parents insist that their children speak English” (Cohen 1981: 57).

O domínio do português em Luanda (e, por derivação, em Angola), enquanto critério de diferenciação social, é hoje, contudo, partilhado por outros grupos que formam as elites culturais e políticas luandenses, como o comprovam variados excertos da literatura angolana<sup>8</sup> e os resultados de um projecto sobre a “Origem étnica, competência em língua portuguesa e consciência política em Luanda”<sup>9</sup>, por mim

coordenado e com investigação de terreno a incidir no ano de 1996. Entre os entrevistados, membros do que se poderá considerar como classe média, 95,0% declararam falar português em casa, o que, em si, denota o estatuto do português não só como primeira língua ou língua materna, mas também como o idioma preferencial para a ascensão social.

2.1. A problemática da mestiçagem em Angola, a mestiçagem e a criouldade cabo-verdiana, a criouldade são-tomense, os cabo-verdianos na Guiné-Bissau e a existência aí de um crioulo derivado do português, assim como o crioulo de Casamance, igualmente derivado do português, são fenómenos que encontram explicação quer na conjuntura histórica em que os contactos se deram, quer na natureza da relação colonial imposta pelos portugueses. A falta de braços para a manutenção de um tão vasto império, a posição social e a postura ética dos que se aventuraram, assim como as estratégias de inserção social que localmente desenvolveram, culminaram em processos de mestiçagem e consequentes crioulições, que hoje, salvaguardados pela distância do olhar e sem querer comungar de forma acrítica os princípios do lusotropicalismo<sup>10</sup>, não podemos deixar de considerar como estratégias razoavelmente eficientes para a prossecução dos objectivos a que se propunham: a sobrevivência em terras inóspitas e a realização dos negócios almejados.

O apogeu deste processo na costa ocidental africana deu-se, em termos de história portuguesa, durante a vigência do que alguns historiadores designam por II Império (que vai mais ou menos de fins do século XVI à independência do Brasil, em 1822), centrado no Atlântico e marcado – pelo menos até Pombal – por uma certa fragilidade de Lisboa, enquanto capital política e administrativa do império. Em termos de história europeia, coincide com o período mercantilista (sécs. XVI-XVIII) ou, talvez mais explicitamente, com o período que antecedeu o capitalismo industrial e a colonização moderna de África, processos que vieram marcar um dos primeiros e principais momentos do que hoje designamos por globalização, fenómeno que, por natureza, não é propício à formação de tais nichos humanos e linguísticos. Foi, assim, que, ora à revelia do poder central de Lisboa, ora gozando das circunstâncias históricas do mercantilismo, se formaram as sociedades cabo-verdiana e são-tomense, assim como

<sup>8</sup> «Hortênsia, tinha de lhe levar num tipo filho de boa gente, filho de família, formado, soubesse falar bem o português, respeitosa e maneirado educado», cogita um pai preocupado sobre o futuro genro, no romance *Maio, Mês de Maria*, de Boaventura Cardoso (1997, Porto: Campo das Letras).

<sup>9</sup> Inscrito no Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior e financiado pela antiga JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – Projecto n.º PLUS /C/CUL/800/93), actual Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e pelo Instituto Camões, ao abrigo do Programa Lusitânia. Nele participaram, como investigadores, Alcides Monteiro (Universidade da Beira Interior), Lukombo Nzatzola (Universidade Agostinho Neto) e Natércia Ferreira (Ministério da Educação/Angola).

<sup>10</sup> Gilberto Freyre, a quem se deve a criação do luso-tropicalismo, realça no seu livro inaugural, *Casa Grande & Senzala* (1.ª ed. de 1933), três princípios norteadores da presença portuguesa nos trópicos: a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatabilidade.

ganharam influência cultural e política, junto das chefias da África Ocidental, os chamados *lançados*. Eram estes comerciantes portugueses, a quem não terá faltado espírito de aventura ou razões bastantes para serem considerados como fugitivos. Eram provenientes sobretudo da ilha de Santiago, em Cabo Verde, e seriam inicialmente brancos. Entre eles muitos seriam judeus e ainda, segundo Boulègue (1989: 12), outros seriam europeus não portugueses, mas culturalmente assimilados a estes. A sua presença na costa africana deu origem a comunidades mestiças que, com o tempo, se foram tornando cada vez mais negras, não obstante continuarem a considerar-se portuguesas. Foram encontradas comunidades destas em Bezequiche (na ilha de Goreia, em frente a Dacar), no Rio Fresco (Rufisque, junto a Dacar) e até em Tumba (Rotumba), na actual Serra Leoa (Mendy 1994: 110).

Os lançados eram coadjuvados na sua tarefa pelos grumetes, africanos “semi-destribilizados que se consideravam a si próprios ‘cristãos’, ‘civilizados’ e, portanto, um nó acima dos ‘gentios’, porque eram frequentemente baptizados e (eram) capazes de falar português ou crioulo” (Mendy 1994: 111). A dualidade aqui registada entre lançados e grumetes encontramos-a também em Angola, personificada, desta feita, pelos aviados e pelos pumbeiros descalços. Começaram os aviados por ser, após a proibição do comércio no sertão aos brancos (e eventualmente aos mestiços claros<sup>11</sup>), soldados e funcionários baixos que, a par da sua actividade principal, exerciam o comércio no interior da colónia. Adquiriam normalmente crédito junto de comerciantes estabelecidos em Luanda, a quem vendiam depois os escravos e produtos como a cera e o marfim, resgatados no interior. Eram neste resgate auxiliados muitas vezes pelos pumbeiros descalços, negros “com calções”, *i.e.*, “semi-destribilizados” (ou, talvez melhor, semi-integrados na sociedade colonial). Estes, por seu lado, assumiam muitas vezes – mesmo após 1758 [ano em que esse comércio foi liberalizado (cf. Venâncio 1996a: 153 e segs.)] –, o papel de intermediários directos entre os comerciantes de Luanda e as chefias africanas, circunstância em que acabavam por concorrer com os aviados.

Diferentemente do que se passou com os lançados, cujas comunidades acabaram por se diluir nas sociedades locais (pelo que em meados do século XIX poucas ou nenhuma se identificavam ainda como tal), os aviados, protagonistas que foram – quer na qualidade de brancos, quer de mestiços (sobretudo enquanto mestiços claros) – de processos de mestiçagem, inscreveram a sua acção numa sociedade colonial cuja vertente mestiça perdurou até aos nossos dias.

Como acontecera com a presença portuguesa em África, acontecera com as outras potências coloniais europeias, embora, por vezes, a mestiçagem e a crioulição não atingissem as dimensões das zonas de influência portuguesa. Os mulatos e as comuni-

<sup>11</sup> Não é possível identificar com exactidão na legislação do período mercantilista e na dos períodos mais recentes esta sub-categoria de mestiços, que hoje seriam designados por “cabritos” (cruzamento de branco com negro ou mulato com mulato) ou simplesmente por brancos (no caso do cruzamento entre “cabritos” e brancos).

dades crioulas de São Luís, no norte do Senegal, e da ilha de Goreia, são um exemplo de como tais processos, em África, não se circunscreveram ao mundo de colonização portuguesa, porquanto uma explicação para este último caso possa ser encontrada na semelhança, quanto aos métodos, das colonizações portuguesa e francesa e ainda no facto de a primeira colonização (ou apenas presença) europeia nas zonas em causa ter sido a portuguesa.

De mais difícil explicação será o caso da Serra Leoa, que é, de qualquer forma, um caso pontual no que diz respeito à política colonial britânica em África. Em levadas sucessivas, a partir do século XVIII, os britânicos desembarcaram em Freetown (fundada em 1787 e actual capital do país), no sentido de aí criarem um entreposto comercial, antigos escravos e “indesejáveis” britânicos (ratoneiros e prostitutas londrinas) que se terão miscigenado com os autóctones e, nessa medida, mesmo que imperceptivelmente em termos físicos, estarão na origem dos actuais *krios* (cf. Ki-Zerbo, I, s.d.: 300 e segs.).

3. Se a mestiçagem acontecida na conjuntura mercantilista ou de colonialismo arcaico tendeu, em termos biológicos, a diluir-se nas sociedades locais, confundindo-se, por conseguinte, com uma categoria linguístico-cultural, o mesmo não se passa com os mestiços que emergem na conjuntura moderna, com o colonialismo moderno. Estes desempenham funções diversas nos países de origem e detêm, consequentemente, estatutos diferenciados de país para país, de grau para grau de mestiçagem. Se, por um lado, usufruem estatutos sociais melhorados em relação à maioria da população negra, por outro, não deixam de ver o seu destino inscrito numa estrutura social hierárquica, em que o topo era ocupado pelo branco. Vêem-se, por conseguinte, confrontados com uma lógica de diferenciação social para a qual o papel de intermediários que tradicionalmente ocupavam nem sempre é uma mais-valia a reivindicar. Donde, aliás, se poderá inferir o seu posicionamento contra o colonialismo e a sua participação nas hostes nacionalistas.

Foi este um caso generalizado na África lusófona, mas não só. Aconteceu um pouco por toda a África sub-saariana, conquanto nem sempre se assistisse aí à identificação, pelo menos em termos ideológicos, dos mestiços com a maioria da população negra, como acontecia na África lusófona. Veja-se, por exemplo, a esse propósito, o clube de mestiços que existiu na República Centro-Africana antes da independência (N'Diaye 1992).

O papel intermediário desempenhado pelo grupo durante o colonialismo arcaico e o moderno, quer no comércio, quer na administração, continuou a ser desempenhado após as independências, conquanto não em relação às metrópoles coloniais, mas sim em relação às multinacionais e às hegemonias políticas internacionalmente vigentes. Muitas vezes esse papel intermediário, partilhado, de resto, por outras elites, como já acontecera na conjuntura colonial moderna, tem uma assunção política, conquanto raramente de primeira linha. É esta a situação espelhada, pelo menos durante a vigência do monopartidarismo, pelos mundos políticos angolano e moçambicano.

Noutras situações, esse papel intermediário, não deixando de ser assumido, é-o num figurino mais individualista, o que se verificou, por exemplo, em Angola, aquando da liberalização económica (Hodges 2002: 65 e segs.), em que a elite pós-colonial, de que fazem parte mestiços, usando a sua posição na nomenclatura estatal, pôde assenhorar-se de uma parte considerável das antigas empresas estatais<sup>12</sup>.

Trajectórias igualmente individualistas, inscritas embora em matrizes diferentes, verificam-se no Togo (Guyot 2002), onde os mestiços de origem europeia (podendo os pais ser ou não oriundos das ex-metrópoles) se relacionam de maneira diferenciada com a sociedade togolesa, consoante o facto de serem filhos de mães ou de pais europeus. Se os primeiros, *i.e.*, os filhos de mães europeias, tendem, por razões que se prendem com o papel activo das mães na educação dos filhos, a identificar-se mais com a Europa, os segundos, filhos de pais europeus, educados pelas mães africanas, tendem, por seu lado, a inscrever os seus destinos em África.

4. Pelo exposto, pode-se concluir que, se o posicionamento social dos mestiços de origem europeia na África sub-saariana é privilegiado, essa posição, assim como a natureza da própria mestiçagem, variou no decurso de três conjunturas: a do colonialismo arcaico, a do colonialismo moderno e a do pós-colonialismo.

Um entendimento mais cabal do fenómeno levar-nos-ia a comparar a experiência africana, a esse propósito, com a asiática. Para alguns estudiosos destas matérias será, porventura, a comparação com o mundo das Caraíbas a mais plausível. Penso que não o é pelo simples facto de que neste universo insular estamos em presença de sociedades insulares e de populações que, na sua esmagadora maioria, são deslocadas ou, talvez melhor, imigrantes. Pelo contrário, a comparação com o mundo asiático tem a vantagem de estarmos em presença de um fenómeno sociológico que, na sua génese, não é diferente do de África, espelhando estados identitários passíveis de serem entendidos como primordiais, servindo, aliás, nessa condição de suporte a ambos os nacionalismos.

Como em África, também na Ásia a mestiçagem e os mestiços representam fenómenos de alogeneidade, para utilizar, mais uma vez, a expressão de Jean François Bayart (1999). Inscrevem-se, por conseguinte, de uma forma específica, no destino colectivo dos países a que pertencem. No contexto asiático, são igualmente visíveis as três conjunturas de mestiçagem referidas a propósito de África. Os chamados “portugueses” de Malaca, do Sri Lanka, os macaenses, são alguns exemplos dos processos de mestiçagem, todos de origem portuguesa, acontecidos sob a vigência do período mercantilista e do colonialismo arcaico na Ásia. Os euro-asiáticos de Hong Kong, os mestiços de Singapura, perfazendo um número de cerca de 2% da população total (dos quais muitos são originários de Malaca, *i.e.*, são luso-malaios) inscrevem-

---

<sup>12</sup> Cf. a este respeito o artigo “Riqueza mudou de cor. Os nossos milionários”, publicado pelo jornal *Angolense*, na sua edição de 18 de Janeiro de 2003. Este artigo desencadeou uma polémica com fortes repercussões internacionais que está longe de estar sanada.

-se, quanto à origem, posicionamento e destino, na conjuntura marcada pelo colonialismo moderno. A sua situação em período pós-colonial não é, na essência, diferente da dos seus congéneres africanos, conquanto se posicionem, como tal, de forma mais afirmativa e formal<sup>13</sup> num mundo culturalmente desterritorializado e globalizado.

A diferença mais significativa entre as experiências africana e asiática residirá na mestiçagem surgida com o colonialismo arcaico. Diferentemente dos africanos, os asiáticos nem sempre granjearam estatutos privilegiados. É esse, por exemplo, o caso dos “portugueses” de Malaca, identificados como pescadores de camarão, *The Shrimp People*, como consta do título do romance de um dos mais conceituados escritores de Singapura, Rex Shelley, de origem portuguesa, profissão que é tida, na verdade, como das mais baixas e desprestigiadas na Ásia. Nas conjunturas seguintes, os mestiços lograram, porém, ascender a estatutos mais privilegiados, fazendo valer, para o efeito, o seu lugar de interlocutores naturais entre os mundos asiático e europeu.

A situação minoritária, não privilegiada em termos sociais, dos mestiços da primeira geração ou conjuntura deve-se, por um lado, ao facto de muitas das sociedades asiáticas, diferentemente das africanas, patentearem, aquando do impacto colonial, níveis de desenvolvimento que lhes permitiram fazer face aos efeitos desestruturantes desse mesmo colonialismo, e, por outro, ao facto de as potências europeias que estiveram na origem de tais processos de mestiçagem, como é o caso de Portugal, terem perdido protagonismo na conjuntura moderna em favor de uma potência que entretanto impôs a sua ordem imperial: a Inglaterra.

## Bibliografia

- ANTÓNIO, Mário, 1968, *Luanda: 'ilha' crioula*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar
- APPADURAI, Arjun, 2004 [1996], *Dimensões culturais da globalização*, Lisboa: Teorema
- APPIAH, Kwame Anthony, 1997 [1992], *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*, Rio de Janeiro: Contraponto Editora
- BAYART, Jean François, 1999 [1989], *El estado en África. La política del ventre*, Barcelona: Editions Bellaterra
- BOULÈGUE, Jean, 1989, *Les luso-africains de Sénégambie*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Université de Paris I - Centre de Recherches Africaines
- COHEN, Abner, 1981, *The politics of elite culture. Explorations in the dramaturgy of power in a modern African society*, Berkeley...: University of California Press

<sup>13</sup> Vejam-se, por exemplo, as associações de defesa dos mestiços, com especial destaque para os objectivos e a acção da Eurasian Association of Singapore.

- COMAS, Juan, 1970 [1960], "Os mitos raciais", in Juan COMAS *et al.*, *Raça e ciência I*, São Paulo: Editora Perspectiva: 11-55
- FREDRICKSON, George M., 2004 [2002], *Racismo. Uma breve história*, Porto: Campo das Letras
- GUYOT, David, 2002, *Destins métis. Contribution à une sociologie du métissage* (Pref. de Claudine Vidal), Paris: Karthala
- HECKMANN, Friedrich, 1992, *Ethnischen Minderheiten, Volk und Nation. Soziologie inter-ethnischer Beziehungen*, Estugarda: Ferdinand Enke Verlag
- HODGES, Tony, 2002 [2001], *Angola. Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*, Lisboa: Principia
- KI-ZERBO, Joseph, s.d. [1972], *História da África Negra*, I, Lisboa: Publ. Europa-América
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1970 [1960], "Raça e história", in Juan COMAS *et al.*, *Raça e ciência I*, São Paulo: Editora Perspectiva: 231-270
- MENDY, Peter Karibe, 1994, *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
- N'DIAYE, Rachid, 1992, "Minorias e poder político. Uma questão de fundo", in *Comércio Externo*: 80-85
- PARKER, David e SONG, Miri (Eds.), 2001, *Rethinking 'mixed race'*, Londres...: Pluto Press
- REX, John, 1987 [1986], *Raça e etnia*, Lisboa: Editorial Estampa
- SILVEIRA, Onésimo, 2004 [1976], *África ao Sul do Sahara. Sistemas de partidos e ideologias do socialismo* (Pref. de Adriano Moreira), Lisboa: África Debate
- VENÂNCIO, José Carlos, 1996a, *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*, Lisboa: Editorial Estampa
- VENÂNCIO, José Carlos, 1996b, *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega
- VENÂNCIO, José Carlos, 2000, *O facto africano. Elementos para uma sociologia de África*, Lisboa: Vega
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1972, "Social conflict in post-independence Black Africa: the concepts of race and status-group reconsidered", in Ernest Q. CAMPBELL (Ed.), *Racial tensions and national identity*, Nashville: Vanderbilt University Press: 207-226.